#### COTAÇÃO DE PREÇOS nº 114/2020

#### TERMO DE REFERÊNCIA

O Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) torna público para conhecimento dos interessados que realizará a Cotação de Preços nº 114/2020, tipo menor preço, do Projeto Rede Estadual de Economia Solidária Fortalecendo Campo-Cidade, Termo de Fomento nº 857556/2017, celebrado com o Ministério do Trabalho - MTb (extinto), por intermédio da Secretaria Nacional Solidária/SENAES (extinta), publicado em extrato no D.O.U., em 02/01/2018, seção 3 e, subrogado ao Ministério da Cidadania por ocasião da Reforma Administrativa, ocorrida por força da Lei nº 13.844/2019 e do Decreto Federal nº 10.357/2020, conforme as condições, critérios e prazos fixados no presente Termo de Referência, com o objetivo de Aquisição de Baú Refrigerado Acoplado Elétrico para VUC Modelo KIA Bongo.

#### 1. DO OBJETO

O objeto desta Cotação de Preços é a **Aquisição de Baú Refrigerado Acoplado Elétrico para VUC Modelo KIA Bongo**, novo, fabricado por indústria nacional ou instalada no Brasil, com cobertura de assistência técnica na cidade de Curitiba/PR e/ou na região metropolitana de Curitiba/PR, conforme especificações constantes neste Termo de Referência, para atender o **Projeto Rede Mandala – Rede Estadual de Economia Solidária Fortalecendo Campo-Cidade**.

#### 2. ESPECIFICAÇÕES

2.1.A aquisição do produto abaixo discriminado faz parte da execução da META 5, ETAPA 5 do Projeto Rede Estadual de Economia Solidária Fortalecendo Campo-Cidade, Termo de Fomento nº 857556/2017, celebrado com o Ministério do Trabalho – MTb (extinto), por intermédio da Secretaria Nacional Solidária/SENAES (extinta), publicado em extrato no D.O.U., em 02/01/2018, seção 3 e, subrogado ao Ministério da Cidadania por ocasião da Reforma Administrativa, ocorrida por força da Lei nº 13.844/2019 e do Decreto Federal nº 10.357/2020

\_\_\_\_\_

#### CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO

2.2. A presente cotação prévia, tipo menor preço, refere-se a:

Nº do Item	DESCRIÇÃO DO ITEM A SER CONTRATADO	QUANTIDADE	VALOR GLOBAL MÁXIMO PREVISTO COM ENTREGA NO LOCAL
	Baú Refrigerado Acoplado Elétrico para VUC modelo KIA Bongo		R\$ 38.666,67 (trinta e oito mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete
			centavos)

	bens a serem adquiridos devem apresentar as	
Nº do	ITEM A SER CONTRATADO	ESPECIFICAÇÕES
tem		TÉCNICAS
1	Baú Refrigerado Acoplado Elétrico para VUC	I – DIMENSÕES
	modelo KIA Bongo	<ul> <li>Largura externa máxima: 1800mm</li> </ul>
		<ul> <li>Altura interna mínima: 1700mm</li> </ul>
		<ul> <li>Comprimento externo máximo:</li> </ul>
		3000mm
		II – COMPONENTES ESTRUTURAIS
		<ul> <li>Base construída em perfis de liga de</li> </ul>
		alumínio ou aço carbono, com proteção anticorrosiva
		Paineis em fibra de vidro com
		isolamento térmico de poliuretano
		Painel frontal reforçado para instalação
		de sistema de refrigeração
		Traseira: 02 (duas) Portas, quadro,
		componentes de fixação, fechos,
		dobradiças e trava-portas em aço
		inoxidável, e 02 (dois) batentes de
		borracha.
		<ul> <li>Piso em camadas de fibra de vidro e</li> </ul>
		compensado naval, com isolamento
		térmico de poliuretano
		Asssoalho em alumínio canaletado
		• Lateral Direita: 01 (uma) Porta e
		componentes de fixação em aço
		inoxidável
		<ul> <li>Instalação elétrica (iluminação) em</li> </ul>
		LED
		Guia de Pallet
		Jogo de paralamas completo
		Faixa Refletiva
		III – SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO
		Modelo Acoplado Elétrico para veícul
		com ar-condicionado
		Refrigeração com Gás R-134
		Tensão: 12V
		<ul> <li>Temperatura de operação padrão entre</li> </ul>
		+5 °C e +10 °C
		IV – ATENDIMENTO ÀS NORMAS
		<ul> <li>Certidão de Adequação à Legislação d</li> </ul>
		Trânsito (CAT-INMETRO)
		<ul> <li>De acordo com as Resoluções e</li> </ul>
		Portarias vigentes emitidas por órgãos

reguladores nacionais, a saber: da
Agência Nacional de Vigilância
Sanitária (ANVISA), Conselho
Nacional de Trânsito (CONTRAN),
Agência Brasileira de Normas Técnicas
(ABNT), Departamento Nacional de
Trânsito (DENATRAN) e
Confederação Nacional do Transporte
(CNT)
<ul> <li>Deve ser adequado para transporte de</li> </ul>
alimentos perecíveis, tais como
hortifruti e laticínios

- 2.4. A contratação resultante deste processo de cotação de preço é estipulada em valor global máximo de R\$ 38.666,67 (trinta e oito mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), devendo sua execução ser realizada até 07 de Outubro de 2020, prorrogável mediante aditivo de contrato.
- 2.5.Os valores descritos no presente Termo de Referência têm caráter apenas estimativo, não vinculando o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) à obrigação de contratação de valores correspondentes em suas totalidades.
- 2.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente cotação serão atendidas através de recursos financeiros já disponibilizados ao Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo pelo Termo de Fomento nº 857556/2017, celebrado entre a organização e o Ministério do Trabalho MTb (extinto), por intermédio da Secretaria Nacional Solidária/SENAES (extinta) e subrogado ao Ministério da Cidadania.

#### 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar desta cotação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da cotação que atenderem a todas as exigências dispostas neste Termo de Referência e seus Anexos.
- 3.2. As participantes da Cotação de Preços deverão atender às condições deste Termo de Referência e seus anexos, e enviar eletronicamente ao e-mail <u>cefuria.cotacao@gmail.com</u> os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório de Notas e Ofício competente.
- 3.3. Não será admitida nesta cotação a participação de:
  - 3.3.1. Empresas ou cooperativas que estejam sob falência, concurso de credores, dissoluções, liquidações, consórcio de empresas, e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
  - 3.3.2. Empresas ou cooperativas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal ou Empresas que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos

\_\_\_\_\_

termos do artigo 72, parágrafo 8°, inciso V, da Lei n° 9.605, de 1998;

- 3.3.3. Empresas ou cooperativas que estejam em recuperação judicial ou extrajudicial; e
- 3.3.4. Empresas ou cooperativas estrangeiras que não tenham comprovação de sede ou escritório no território nacional brasileiro.
- 3.4. As informações fornecidas serão verificadas através das ferramentas de checagem disponibilizadas pela Administração Pública e pelos órgãos competentes.

#### 4. ENVIO DA PROPOSTA DE PRECOS

- 4.1.A proposta de preços escrita, contendo as especificações técnicas detalhadas dos objetos ofertado, deverá ser formulada e enviada ao endereço eletrônico cefuria.cotacao@gmail.com nos moldes do ANEXO III deste Termo de Referência, sem rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as páginas e assinada na última, com os valores unitário e total atualizados, contendo os seguintes dados:
  - 4.1.1. Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ, **banco, agência, conta corrente** e praça de pagamento, nome e telefone do representante da empresa ou cooperativa.
    - a) Todos os documentos e informações apresentados deverão pertencer ao mesmo CNPI
  - 4.1.2. Prazo de validade da proposta, não inferior a 10 (dez) dias úteis, a contar da abertura desta Cotação de Preço.
  - 4.1.3. Prazo de entrega, não superior a **18 (dezoito) dias úteis** contados a partir da assinatura do contrato entre as partes.
  - 4.1.4. Valor unitário para cada produto, contendo a especificação clara, completa e minuciosa dos produtos ofertados, em conformidade com o solicitado neste Termo de Referência.
  - 4.1.5. Declaração expressa de que fornecerá cada bem nas seguintes condições: novo e original de fábrica.
  - 4.1.6. Certidão de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT-INMETRO) válida e vigente em anexo à proposta.
- 4.2. A documentação exigida para participação nesta Cotação de Preços deverá ser encaminhada juntamente à proposta, no prazo definido no preâmbulo do Termo de Referência, para o endereço eletrônico citado anteriormente.
- 4.3.O prazo máximo para envio de propostas é de **04 (quatro) dias úteis** a partir da publicação do presente Termo de Referência.

#### 5. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

5.1. As empresas ou cooperativas interessadas deverão apresentar comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira para atenderem as exigências disposta neste Termo de Referência e seus Anexos.

\_\_\_\_\_

#### 6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1.O julgamento das propostas será feito por **MENOR PREÇO** para todas as aquisições dispostas no presente Termo de Referência.
- 6.2.O julgamento das propostas será realizado por uma Comissão, nomeada pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo.
- 6.3.O Resultado do certame referido no presente Termo de Referência será publicado no *site* do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (<a href="www.cefuria.org.br">www.cefuria.org.br</a>) em 01 (um) dia útil após a data limite para envio de propostas.
- 6.4. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Termo de Referência, a empresa ou cooperativa será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste certame.
- 6.5. A homologação da adjudicação do certame também é de responsabilidade da Comissão referida no item 5.2.
- 6.6. Serão desclassificadas as propostas que:
  - 6.6.1. Contenham vícios insanáveis e ilegais;
  - 6.6.2. Não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência;
  - 6.6.3. Não apresentarem toda a documentação exigida neste certame;
  - 6.6.4. Apresentarem preços que não estejam de acordo com o valor orçado; e
  - 6.6.5. Não vierem a apresentar sua exequibilidade, em especial em relação ao prazo estipulado.

#### 7. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

- 7.1. A vencedora da Cotação de Preços deverá apresentar os seguintes documentos, para fins de comprovação da habilitação:
  - 7.1.1. Cédula de Identidade e Cadastro de Pessoa Física de seus dirigentes;
  - 7.1.2. Comprovante de sede ou escritório em território nacional;
  - 7.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
  - 7.1.4. Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral no Certificado Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ:
  - 7.1.5. Certidões Negativas de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa ou cooperativa, ou outra equivalente, na forma da lei;
  - 7.1.6. Certidões Negativas de regularidade junto ao INSS e FGTS;
  - 7.1.7. Certidão Negativa de regularidade com a Justiça do Trabalho;
  - 7.1.8. Certidão Negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, disponível em <a href="https://cnc.tjdft.jus.br/">https://cnc.tjdft.jus.br/</a>, datada dos últimos 30 dias;
  - 7.1.9. Declaração, conforme ANEXO I do presente Termo de Referência, na forma da lei, sujeitando-se às penalidades cabíveis, da inexistência de fato superveniente que possa impedir sua habilitação neste certame, inclusive durante a vigência contratual;
  - 7.1.10. Declaração, conforme ANEXO II do presente Termo de Referência, de que não

\_\_\_\_\_\_

emprega menores de 18 anos em condições insalubres, perigosas ou penosas e menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos, de acordo com previsão contida.

7.2. Se a vencedora da Cotação de Preços não apresentar situação regular no ato da contratação, não apresentar a documentação exigida para celebração do contrato, ou recusar-se injustificadamente a firmar o instrumento contratual, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da devida convocação, é facultado ao Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo convocar as participantes classificadas remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, para fazê-lo em igual prazo, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

#### 8. DOS RECURSOS CONTRÁRIOS

- 8.1. A interposição de recurso contrário ao presente Termo de Referência deverá ser encaminhada até 02 (dois) dias úteis após a publicação da Cotação de Preços ao *e-mail*: cefuria.cotacao@gmail.com, explicitando as razões do recurso.
- 8.2. A interposição de recurso contrário ao resultado final da Cotação de Preços deverá ser encaminhada até 01 (um) dia útil após a publicação do resultado da Cotação de Preços ao *e-mail*: cefuria.cotacao@gmail.com, explicitando as razões do recurso.
- 8.3. Acatada a admissibilidade de qualquer recurso, o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) dispõe do prazo de até 01 (um) dia útil para julgamento do recurso e publicação de seu resultado no *site* do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (www.cefuria.org.br).
- 8.4. A não manifestação das participantes da Cotação de Preços nos prazos acima estabelecidos implicará em renúncia do seu direito ao recurso e acarretará a adjudicação do objeto à empresa ou cooperativa vencedora do certame, situação em que se subentende o acatamento dos demais quanto ao resultado do certame.
- 8.5.Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Comissão homologará a adjudicação para determinar a contratação.

#### 9. DO PAGAMENTO

- 9.1.O pagamento será realizado via Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), por meio de crédito na conta corrente informada pela Contratada.
  - 9.1.1. Os recursos para pagamento encontram-se em conta corrente vinculada ao **Termo de Fomento nº 857556/2017.**
- 9.2.O pagamento será efetuado pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), denominada Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a entrega e verificação dos bens, mediante a apresentação pela Contratada da Nota Fiscal correspondente, emitida de forma legível e sem rasuras, e constando o número da conta bancária, o nome do banco e a respectiva agência e, o atestado pelo setor responsável pelo recebimento da Contratante.

- 9.2.1. A nota fiscal e a conta corrente deverão apresentar o mesmo número de CNPJ contratado.
- 9.3. A Contratante reserva-se o direto de não efetuar o pagamento se, no ato do atesto, o bem e/ou serviços não tiverem sido entregues de acordo com o contratado.
- 9.4. Na hipótese de atraso de pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, o valor devido pela Contratante será atualizado financeiramente, obedecendo à legislação vigente.
- 9.5. Os preços cotados deverão ser fixos e irreajustáveis, não cabendo à Contratada nenhuma espécie de cobrança, reajustamento ou correção de preços;
- 9.6.Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira ou contratual;
- 9.7.No caso de incorreção dos documentos apresentados, inclusive da Nota Fiscal, serão os mesmos restituídos à contratada para as correções necessárias, não respondendo a Contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.
- 9.8.É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Termo de Referência, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto ou desconto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES

- São obrigações da Contratada:
  - 10.1.1. Cumprir os cronogramas e o fornecimento dos bens estipulados neste documento;
  - 10.1.2. Resolver quaisquer problemas relacionados a intercorrências no funcionamento, a avarias, e a inadequações quanto às especificações técnicas, sejam estas do presente Termo de Referência ou da proposta;
  - 10.1.3. Garantir, dentro do prazo apresentado na proposta, a entrega dos bens adquiridos na sede da Contratante:
  - 10.1.4. Informar o responsável e/ou manter preposto aceito pela Contratante durante o período de vigência do Contrato, para representá-la na execução do processo de aquisição, transporte e entrega conforme ANEXO III no presente Termo de Referência;
  - 10.1.5. Reembolsar à Contratante o valor correspondente ao valor global dos bens adquiridos, apontado nos itens 2.2 e 2.4 do presente Termo de Referência, em virtude da não conformidade com as especificações técnicas descritas no item 2.3, constatada a má fé na entrega de bem.
  - 10.1.6. Arcar com eventuais prejuízos causados ao Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo e/ou a terceiros provocados por interferência ou irregularidade cometidas por seus empregados, na execução do objeto do Contrato;
  - 10.1.7. Cumprir e fazer cumprir os protocolos de segurança demandados pelas autoridades públicas no que concerne ao enfrentamento da pandemia de Sars-CoV-2 (Covid-19 ou coronavírus);
  - 10.1.8. Explicitar, no campo **Observação** da Nota ou Documento Fiscal:
    - a) A conta que receberá o recurso financeiro da Contratante, devendo esta ser a mesma disposta no ANEXO III;
    - b) O texto "Termo de Fomento nº 0857556/2017".
  - 10.1.9. Conceder o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno

\_\_\_\_\_\_

e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas aos Termos de Colaboração ou aos Termos de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto regulamentados pelo inciso XV do art. 42 da Lei nº 13.019/2015.

#### 10.2. São obrigações da Contratante:

- 10.2.1. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição dos bens, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 10.2.2. Notificar a Contratada, por escrito, sobre qualquer irregularidade apontada, em caso de não conformidade, para que as providências previstas na legislação vigente sejam tomadas.
- 10.2.3. Acompanhar, Controlar, Fiscalizar e Avaliar a execução do processo de aquisição dos bens, inclusive da verificação das condições e do funcionamento adequado dos produtos, de acordo com as exigências do Termo de Referência e anexos, a ser realizada quando da entrega no local através de um representante;
  - a) O representante da Contratante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do acompanhamento das verificações aqui mencionadas, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas;
- 10.2.4. Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do contrato a ser firmado;
- 10.2.5. Atestar a Nota Fiscal e enviá-la ao setor financeiro para o pagamento devido, estando o bem em conformidade;
- 10.2.6. Providenciar o pagamento da Nota Fiscal emitida pela Contratada, devidamente atestada, nos prazos fixados pelo Contrato a ser assinado quando do encerramento do certame.

#### 11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

- 11.1. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada está sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida prévia defesa:
  - 11.1.1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido.
  - 11.1.2. Aplicação de multas, sempre que verificados descumprimento do objeto do contrato nas condições estabelecidas em que resultar em dano ou prejuízo físico na execução do objeto e financeiro à contratante, nos seguintes termos e condições:
    - a) De 1% (um por cento) sobre o valor total estimado do contrato, por dia de atraso da entrega acordada no contrato, limitado a 10% (dez por cento) do mesmo valor.
    - b) De 2% (dois por cento) sobre o valor total estimado do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato não especificada nas outras alíneas deste inciso, aplicada em dobro no caso de reincidência.
    - c) De 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato, no caso de recusa injustificada da vencedora da Cotação de Preços em firmar o

instrumento do contrato ou deixar de apresentar os documentos exigidos para a sua celebração nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, independentemente das demais sanções cabíveis.

- d) De 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da Contratada, garantida defesa prévia, independente das demais sanções cabíveis.
- 11.2. No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao recurso contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.
- 11.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. A critério da Contratante, poderá ser utilizado o valor contratual devido para cobrir dívidas de responsabilidade da Contratada para com ela relativo a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.
- 11.4. A causa determinante da penalidade deverá ficar plenamente comprovada e o fato a ser punido comunicado por e-mail, devidamente cadastrado, pela Contratante à Contratada, após o acompanhamento e a verificação das condições e do funcionamento adequado dos bens.
- 11.5. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas em se tratando de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados, e a critério da Contratante.
- 11.6. O prazo para apresentação de recursos das penalidades aplicadas é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.
- 11.7. As penalidades previstas neste instrumento são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a prévia defesa.

#### 12. DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 12.1. A inexecução total ou parcial do contrato acarreta sua rescisão se houver uma das ocorrências previstas neste Termo de Referência.
- 12.2. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalizados adequadamente e enviados por e-mail.
  - 12.2.1. Na segunda hipótese, será assegurada à Contratada a possibilidade de produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, desde que haja prévia e comprovada intimação da Contratante para que a Contratada apresente defesa no prazo de 03 (três) dias úteis contados de seu recebimento, se ela assim o desejar.
  - 12.2.2. Caso a defesa não seja acolhida, a Contratada tem a possibilidade de interposição de recurso hierárquico no prazo de 3 (três) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.
- 12.3. Quanto à sua forma, a rescisão poderá ser:
  - 12.3.1. Por ato unilateral e escrito da Contratante, nos seguintes casos:

\_\_\_\_\_

- i. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- ii. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- iii. A lentidão do seu cumprimento, levando a Contratante a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;
- iv. O atraso injustificado no fornecimento dos bens;
- v. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- vi. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- vii. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- viii. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato;
- ix. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas por qualquer órgão público, independentemente da esfera, e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- 12.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da contratação, desde que haja conveniência para a Contratante; e
- 12.3.3. Judicial, nos termos da legislação.

#### 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. As normas que disciplinam esta Cotação de Preços serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação e dos princípios da legalidade e isonomia.
- 13.2. É facultado ao Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), quando a vencedora da Cotação de Preços não aceitar ou não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, negociar com a segunda classificada, para obtenção de melhor preço ou revogar a cotação, sem prejuízo das sanções cabíveis à empresa desistente.
- 13.3. Após a homologação da Cotação de Preços, a vencedora será convocada por e-mail, e notificada por telefone disponibilizado na proposta para, no prazo de até 03 (três) dias úteis, assinar o contrato.
- 13.4. As participantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo da Cotação de Preços.
- 13.5. As participantes do processo de Cotação de Preços são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 13.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.
- 13.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da Cotação de Preços na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o

\_\_\_\_\_

- primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido anteriormente, desde que não haja comunicação oficial em contrário.
- 13.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, será excluído o dia do início e se incluirá o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente.
- 13.9. Dúvidas menores, sem caráter formal, poderão ser esclarecidas através do telefone (41) 3225-5582 no horário das 14hs às 18hs dos dias úteis.
- 13.10. As dúvidas dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, e não poderão ser consideradas como condições do Termo de Referência.
- 13.11. Para as demais condições de fornecimento, serão observadas as disposições constantes dos anexos deste Termo de Referência.
- 13.12. O Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) poderá adiar o cronograma de realização da presente Cotação de Preços, dando conhecimento aos interessados, mediante publicação no seu *site* na internet (<a href="www.cefuria.org.br">www.cefuria.org.br</a>) com antecedência de, pelo menos, 24 horas da data inicialmente marcada.
- 13.13. A participação nesta Cotação de Preços implicará aceitação integral e irretratável das normas estabelecidas pelo Termo de Referência e seus anexos, bem como, na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.
- 13.14. As questões decorrentes da execução deste Termo de Referência que não possam ser dirimidas administrativamente serão apreciadas e julgadas na Circunscrição de Curitiba, com renúncia expressa a qualquer outra, por mais privilegiada que seja.

13.15. Integram este Termo de Referência:

Anexo I	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES
Anexo II	DECLARAÇÃO QUE NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA DE MENORES DE 18 ANOS
Anexo III	MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA
Anexo IV	MINUTA DE INSTRUMENTO DE CONTRATO
Anexo V	CRONOGRAMA

Curitiba, 25 de agosto de 2020.

Luzia Álves da Cruz Cabral Nunes Coordenação Executiva do CEFURIA

## ANEXO I - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES COTAÇÃO DE PREÇOS nº 114/2020 AO CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO (CEFURIA) Rua Desembargador Motta, 2791 Bigorrilho 80430-152 Curitiba/PR (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA PROPONENTE PARTICIPANTE DA COTAÇÃO DE PREÇOS), CNPJ/MF n.º...., sediada no/a (ENDEREÇO COMPLETO DA PARTICIPANTE), por seu representante legal o(a) Sr. (a)...., portador (a) da intermédio Carteira de Identidade n.º ...... e do CPF n.º...., DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo de cotação de preços, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Nome e Número da Identidade do Declarante

Local, Data.

Carimbo do CNPJ

ANEXO II – DECLARAÇÃO QUE NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA DE

	MENORES DE 18 ANOS
	COTAÇÃO DE PREÇOS nº 114/2020
AO	
CENTRO DE FOR Rua Desembargado Bigorrilho 10430-152 Curitiba	
CNPJ/MF n.º ntermédio de Carteira de Identida DECLARA, pela L rabalho noturno, p	DA EMPRESA PROPONENTE PARTICIPANTE DA COTAÇÃO DE PREÇOS),, sediada no/a (ENDEREÇO COMPLETO DA PARTICIPANTE), por seu representante legal o(a) Sr. (a), portador (a) da de n.º
☐ Ressalva: empr	ega menor, a partir de quatorze anos, em condição de aprendiz.
	Local, Data.
	Nome e Número da Identidade do Declarante

Carimbo do CNPJ

ANEXO III – MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

#### COTAÇÃO DE PREÇO nº 114/2020

Decreto 8.726/2016 Art. 36. As compras e contratações de bens e serviços pela organização da sociedade civil com recursos transferidos pela administração pública federal adotarão métodos usualmente utilizados pelo setor privado.

AO

#### CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO

Rua Desembargador Motta, 2791 Bigorrilho 80430-152 Curitiba/PR

CNPJ:		
Cidade:		
Telefone:		
Nome da Empresa ou	Cooperativa:	
Endereço:		
Responsável pela Emp	oresa ou Cooperativa:	
RG:	CPF:	
<b>Telefone de Contato:</b>		
e-mail:		
Banco:	Agência:	Conta Corrente:
Prenosto (se necessário	).	

# RG: CPF: Telefone (se necessário): e-mail (se necessário):

#### 1. OBJETO

O objeto desta Cotação de Preços é a **Aquisição de Baú Refrigerado Acoplado Elétrico para VUC Modelo KIA Bongo**, novo, fabricado por indústria nacional ou instalada no Brasil, com cobertura de assistência técnica na cidade de Curitiba/PR e/ou na região metropolitana de Curitiba/PR, conforme especificações constantes no Termo de Referência da Cotação de Preços nº 114/2020, para atender o **Projeto Rede Mandala** – **Rede Estadual de Economia Solidária Fortalecendo Campo-Cidade**.

#### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O produto abaixo faz parte da execução da META 5, ETAPA 5 do Projeto Estadual de Economia Solidária Fortalecendo Campo-Cidade, Termo de Fomento nº 857556/2017- MTb/SENAES -

CEFURIA por intermédio da Secretaria Nacional Solidária/SENAES (extinta), publicado em extrato no D.O.U., em 02/01/2018, seção 3 e, subrogado ao Ministério da Cidadania por ocasião da Reforma Administrativa, ocorrida por força da Lei nº 13.844/2019 e do Decreto Federal nº 10.357/2020.

#### 3. PROPOSTA

Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Baú Refrigerado Acoplado Elétrico para	01		
	VUC modelo KIA Bongo			

Nº DO	ITEM A SER	CONTRATADO	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
ITEM		001111111111111111111111111111111111111	
1	Baú Refrigerado Acoplado Elétrico para VUC modelo KIA Bongo		I – DIMENSÕES  • Largura externa: mm
	Fabricante	Modelo	<ul> <li>Altura interna: mm</li> <li>Comprimento externo: mm</li> </ul>
	Sistema de Ref	rigeração	II – COMPONENTES ESTRUTURAIS
		rigeração Modelo	Material da Base:  Possui proteção anti-corrosiva? ☐ Sim ☐ Não  Material dos Paineis:  O baú possui isolamento térmico? ☐ Sim, no material ☐ Não.  Painel frontal é reforçado para instalação do sistema de refrigeração? ☐ Sim ☐ Não  Quantidade de Portas Traseiras: Quantidade de Portas Laterais: Portas, Quadro Traseiro, Componentes de Fixação, Fechos, Dobradiças e Trava-portas são todos confeccionados em aço inoxidável? ☐ Sim ☐ Não  Material do Assoalho: Possui instalação elétrica (iluminação) em LED, conforme legislação aplicável? ☐ Sim ☐ Não  Possui Guia Pallet? ☐ Sim ☐ Não  Possui jogo de paralamas completo? ☐ Sim, no material ☐ Não  Possui Faixa Refletiva? ☐ Sim ☐ Não  III - SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO  Modelo: Compatível com veículo já equipado com arcondicionado? ☐ Sim ☐ Não  Gás Refrigerante: Possui coluna: ☐ Sim ☐ Não  Tensão: V  Temperatura de operação: °C (máxima)
			C (maxima)

		IV – ATENDIMENTO ÀS NORMAS  • Possui Certidão de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT)?  ☐ Sim ☐ Não  • Está de acordo com as Resoluções e Portarias vigentes emitidas por órgãos reguladores nacionais, a saber: da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), Agência Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e Confederação Nacional do Transporte (CNT)?  ☐ Sim ☐ Não  • É adequado para transporte de alimentos perecíveis, tais como hortifruti e laticínios?  ☐ Sim ☐ Não
a)	O prazo de entrega é de dias [	☐ corridos ☐ úteis a partir da assinatura do contrato.
b)	Esta proposta está de acordo com o e Termo de Referência, com as especi	edital de Cotação de Preços nº 114/2020 e do respectivo ificações neste contidas.
c)	indiretos, tributos, encargos sociais, tra necessários ao cumprimento integral diretos ou indiretos omitidos da propos	em todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e abalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro e outros do objeto, sendo quaisquer tributos, custos e despesas sta, ou incorretamente cotados, considerados inclusos nos eito de acréscimo, a esse ou qualquer título, devendo o nal.
d)	A documentação exigida para habilit à Contratante no prazo e condições o	ação na Cotação de Preços nº 114/2020 será encaminhada estipuladas no Edital.
e)	A Certidão de Adequação à Legis proposta é válida e vigente.	lação de Trânsito (CAT-INMETRO) anexada a esta
Local e	e Data:	
	Responsável	Carimbo CNPJ

\_\_\_\_

#### ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO CONTRATO Nº 000.XXX/20

O CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO – CEFURIA, com sede nesta
Capital e Rua Desembargador Motta, 2791, Bigorrilho, Curitiba/SP, inscrito no Cadastro Nacional de
Pessoas Jurídicas sob n.º 76.660.844/0001-20, doravante simplesmente denominada
CONTRATANTE, neste ato representado pela Coordenadora Executiva do CEFURIA Luzia Alves da
Cruz Cabral Nunes, portadora de carteira de identidade - RG n.º [] e CPF/MF
[] e, de outro lado, [NOME DA EMPRESA OU COOPERATIVA], estabelecida na
[Endereço, Cidade e Estado], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob n.º
[], e com endereço eletrônico [], doravante denominada simplesmente
CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, que será regido pelas Leis 10.406/2002 e
13.019/2014 e suas alterações, pelo Decreto Federal 8.726/2016 e de acordo com a Cotação de Preços
e o Termo de Referência nº 114/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1-O objeto deste Contrato é a Aquisição de Baú Refrigerado Acoplado Elétrico para VUC Modelo KIA Bongo, novo, fabricado por indústria nacional ou instalada no Brasil, com cobertura de assistência técnica na cidade de Curitiba/PR e/ou na região metropolitana de Curitiba/PR, conforme especificações constantes no Termo de Referência da Cotação de Preços nº 114/2020, para atender o Projeto Rede Mandala Rede Estadual de Economia Solidária Fortalecendo Campo-Cidade, conforme especificações que constam no Termo de Referência, de acordo com as Cláusulas e condições deste contrato e da proposta da CONTRATADA.
- 1.2- Os produtos fazem parte da execução da META 5, ETAPA 5 do Projeto **Rede Estadual de Economia Solidária Fortalecendo Campo-Cidade**, Termo de Fomento nº 857556/2017, celebrado com o Ministério do Trabalho MTb (extinto), por intermédio da Secretaria Nacional Solidária/SENAES (extinta), publicado em extrato no D.O.U., em 02/01/2018, seção 3 e, subrogado ao Ministério da Cidadania por ocasião da Reforma Administrativa, ocorrida por força da Lei nº 13.844/2019 e do Decreto Federal nº 10.357/2020.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DE ENTREGA E DE MONTAGEM

- **2.1-** O transporte do Veículo Urbano de Carga (VUC) KIA Bongo ao local de fabricação do objeto desta contratação, sobre o qual este será montado, será custeado pela CONTRATANTE, com recursos próprios, não vinculados aos do Termo de Fomento nº 857556/2017.
- **2.2-** O transporte do objeto, do local de fabricação à sede do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) também será custeado pela CONTRATANTE, com recursos próprios, não vinculados aos do Termo de Fomento nº 857556/2017.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDICÕES E PRAZO DAS ENTREGAS

- **3.1-** A CONTRATADA deverá entregar o produto **no prazo de até 18 (dias) dias úteis**, contados a partir da assinatura do contrato, de acordo com as especificações e em conformidade com o estabelecido neste contrato.
- **3.2-** Se o produto apresentar defeitos de fabricação, ou se estiver em desacordo com o especificado no Termo de Referência da Cotação de Preços nº 114/2020, de 25 de agosto de 2020, deverão ser substituídos pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- **4.1-** A CONTRATADA dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições, obrigando-se ainda a:
  - **4.1.1-** Responder e responsabilizar-se pela segurança dos serviços prestados e/ou material fornecido perante a CONTRATANTE, seus próprios funcionários e terceiros, bem como, eventuais danos patrimoniais ou extrapatrimoniais causados, adotando cuidados para prevenção de acidentes, com observação e cumprimento das normas, regulamento e determinações de segurança, adotando as medidas corretivas necessárias.
  - **4.1.2-** Assumir exclusiva e total responsabilidade por todo e qualquer dano físico ou moral, material e/ou lucros cessantes, ocasionado a qualquer de seus funcionários ou a terceiros e pela segurança de suas operações.
  - **4.1.3-** Indenizar a CONTRATANTE, por quaisquer danos causados por seus funcionários às instalações ou bens de propriedade do CONTRATANTE, bem como, danos físicos ou morais, causados aos funcionários da CONTRATANTE ou a terceiros.
  - **4.1.4-** Manter, durante a vigência contratual, as mesmas condições que propiciaram sua habilitação e qualificação no procedimento licitatório.
  - **4.1.5-** Manter preposto aceito pela Contratante durante o período de vigência do Contrato, para representá-la na execução do processo de aquisição, transporte, entrega e montagem dos bens.
  - **4.1.6-** Cumprir e fazer cumprir os protocolos de segurança demandados pelas autoridades públicas no que concerne ao enfrentamento da pandemia de Sars-CoV-2 (Covid-19 ou coronavírus).
  - 4.1.7- Conceder o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas aos Termos de Colaboração ou aos Termos de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto regulamentados pelo inciso XV do art. 42 da Lei nº 13.019/2015.
- **4.2-** É de responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento de tributos incidentes sobre os serviços ora contratados.
- **4.3** A CONTRATADA obriga-se a respeitar e atender todas as Leis e demais normas emanadas dos órgãos públicos atinentes à sua atividade, bem como satisfazer a suas próprias expensas a quaisquer exigências legais decorrentes da execução do presente contrato.
  - **4.3.1-** A CONTRATADA obriga-se a apresentar Certidão de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT-INMETRO) válida e vigente.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **5.1-** A CONTRATANTE dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições, obrigando-se ainda a:
  - **5.1.1-** Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, operando os casos que exigem providências corretivas.
  - **5.1.2-** Notificar a Contratada, por escrito, sobre qualquer irregularidade apontada, em caso de não conformidade, para que as providências previstas na legislação vigente sejam tomadas.
  - **5.1.3-** Acompanhar, Controlar, Fiscalizar e Avaliar a execução do processo de aquisição do bem, inclusive da verificação das condições e do funcionamento adequado dos bens, de acordo com as exigências do Termo de Referência e anexos, a ser realizada no endereço da CONTRATADA através de um representante.
    - **a**) O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do acompanhamento das verificações aqui mencionadas, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.

\_\_\_\_\_

- **5.1.4-** Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das
  - **5.1.5-** Atestar a Nota Fiscal e enviá-la ao setor financeiro para o pagamento devido, estando os equipamentos em conformidade.
  - **5.1.6-** Providenciar o pagamento da Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, devidamente atestada, nos prazos fixados pelo Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO DO BEM

obrigações decorrentes deste contrato.

- **6.1-** A CONTRATADA deverá entregar o bem disposto no Termo de Referência da Cotação de Preços n°114/2020, em perfeitas condições de uso de conformidade com o exigido no Edital, com todas as suas partes integrantes, e com todas as especificações em conformidade com a cláusula primeira do presente contrato.
- **6.2-** O produto deve estar acompanhado de documentação completa e atualizada (manuais, termos de garantia, etc.), necessária ao uso e operação do mesmo.
  - **6.2.1-** O produto deve estar acompanhado de Certidão de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT-INMETRO) válida e vigente.
- **6.3-** O prazo para o recebimento do valor contratado será de até 5 (cinco) dias úteis, contados da análise e verificação técnica dos bens pela CONTRATANTE.
- **6.4-** Na hipótese de o bem apresentar defeitos, totais ou parciais, desde a entrega, quando de seu uso e durante todo o período de garantia, a CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA tais circunstâncias, podendo a CONTRATANTE rescindir o contrato ou tornar sem efeito o instrumento equivalente, aplicando as penalidades previstas neste contrato ou, a seu critério exclusivo, autorizar a substituição dos bens defeituosos, em prazo nunca superior a 5 (cinco) dias úteis, reiniciando-se o prazo para o seu recebimento, caso ainda não tenha sido efetivado.
- **6.5-** Os preços contratados deverão ser fixos e irreajustáveis, não cabendo à CONTRATADA nenhuma espécie de cobrança, reajustamento ou correção.
- **6.6-** Quando da conclusão, caso os produtos não sejam entregues a contento, não serão eles aceitos. A par disso, a CONTRATADA deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da comunicação, sem prejuízo da incidência das sanções previstas neste contrato, bem como por toda legislação que rege a matéria.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **7.1-** O prazo para pagamento será de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento definitivo da Nota Fiscal.
- **7.2-** Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais, com indicação do número da agência e conta corrente.
  - **7.2.1-** No caso de incorreção dos documentos apresentados, inclusive da Nota Fiscal, serão os mesmos restituídos à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.
- 7.3- O recebimento será sempre integral (ateste da Nota Fiscal), não se admitindo ateste parcial.
- **7.4-** A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal, nem conta corrente com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste Contrato, na proposta e na documentação de habilitação ao Termo de Referência da Cotação de Preços na 114/2020.

7.5-	A CONTRATADA deverá	apresentar no	campo	Observação	da	Nota	ou	Documento	Fiscal	o
	trecho "Termo de Fomento	nº 0857556/20	17".							

#### CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR DO CONTRATO

#### CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato inicia-se a partir da assinatura do contrato pela CONTRATADA e terá seu término com a conclusão de seu objeto, observando-se o prazo de garantia.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

- **10.1-** O prazo de garantia do bem ofertado está descrito no Termo de Referência para todos os fins e efeitos de direito, contra qualquer defeito de fabricação, contados da data do recebimento definitivo.
- 10.2- O bem deve estar garantido contra quaisquer defeitos de embalagem, de transporte ou descarga nos locais de entrega, por prazo indicado na proposta e nunca inferior ao constante e nas condições estabelecidas neste contrato, devendo a CONTRATADA substituir por sua própria conta e no prazo, os materiais que forem recusados por defeitos ou apresentarem avarias que comprometam o seu uso regular e adequado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO

- **11.1-** Sem prejuízo do ato da rescisão, poderão ser aplicadas as sanções previstas no Código Civil, Lei 10.406/2002.
- **11.2-** Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA está sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida prévia defesa:
  - **11.2.1-** Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido.
  - **11.2.2-** Aplicação de multas, sempre que verificados descumprimento do objeto do contrato nas condições estabelecidas em que resultar em dano ou prejuízo físico na execução do objeto e financeiro à CONTRATANTE, nos seguintes termos e condições:
    - a) De 1% (um por cento) sobre o valor total estimado do contrato, por dia de atraso da entrega acordada no contrato, limitado a 10% (dez por cento) do mesmo valor.
    - b) De 2% (dois por cento) sobre o valor total estimado do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato não especificada nas outras alíneas deste inciso, aplicada em dobro no caso de reincidência.
    - c) De 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato, no caso de recusa injustificada da vencedora da Cotação de Preços em firmar o instrumento do contrato ou deixar de apresentar os documentos exigidos para a sua celebração nos prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência da Cotação de Preços nº 114/2020, independentemente das demais sanções cabíveis.
    - d) De 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da CONTRATADA, garantida defesa prévia, independente das demais sanções cabíveis.
  - **11.2.3-** No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao recurso contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

(41) 3225-5582 | cefuria.org.br | institucional.cefuria@gmail.com | facebook.com.br/cefuria

\_\_\_\_

- 11.3- O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. A critério da CONTRATANTE, poderá ser utilizado o valor contratual devido para cobrir dívidas de responsabilidade da CONTRATADA para com ela relativo a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.
- **11.4-** A causa determinante da penalidade deverá ficar plenamente comprovada e o fato a ser punido comunicado por e-mail, pela CONTRATANTE à CONTRATADA, após o acompanhamento e a verificação das condições e do funcionamento adequado dos equipamentos.
- **11.5-** As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas em se tratando de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados, e a critério da CONTRATANTE.
- **11.6-** O prazo para apresentação de recursos das penalidades aplicadas é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.
- **11.7-** As penalidades previstas neste instrumento são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a prévia defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

- **12.1-** A inexecução total ou parcial do contrato acarreta sua rescisão se houver uma das ocorrências previstas no Termo de Referência da Cotação de Preços nº 114/2020.
- **12.2-** Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da CONTRATANTE, serão formalizados adequadamente e enviados por e-mail.
  - **12.2.1-** Na segunda hipótese, será assegurada à CONTRATADA a possibilidade de produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, desde que haja prévia e comprovada intimação da CONTRATANTE para que a CONTRATADA apresente defesa no prazo de 3 (três) dias úteis contados de seu recebimento, se ela assim o desejar.
  - **12.2.2-** Caso a defesa não seja acolhida, a CONTRATADA tem a possibilidade de interposição de recurso hierárquico no prazo de 3 (três) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.
- 12.3- Quanto à sua forma, a rescisão poderá ser:
  - **12.3.1-** Por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos seguintes casos:
    - a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
    - b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
    - c) A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;
    - d) O atraso injustificado no fornecimento dos equipamentos;
    - e) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
    - f) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
    - g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
    - h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa ou cooperativa que prejudique a execução do contrato;
    - i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas por qualquer órgão público, independentemente da esfera, e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
  - 12.3.2- Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da contratação, desde

que haja conveniência para a CONTRATANTE; e **12.3.3-** Judicial, nos termos da legislação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS NORMAS

As partes contratadas estão sujeitas, além das cláusulas deste contrato, aos termos do Instrumento Convocatório, isto é, ao Termo de Referência da Cotação de Preços na 114/2020 e aos da proposta da CONTRATADA, às normas do Código Civil, Lei 10.406/2002, bem como a toda legislação que rege a matéria.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Contrato que não possam ser dirimidas administrativamente serão apreciadas e julgadas na circunscrição de Curitiba, local sede da contratante, com renúncia expressa a qualquer outra, por mais privilegiada que seja.

**NADA MAIS**. Lido e achado conforme pelas partes, perante as testemunhas, lavrou-se este Contrato em 2 (duas) vias, por todos assinado, atendidas as formalidades legais.

ıritiba, [DATA]	
	CONTRATANTE: LUZIA ALVES DA CRUZ CABRAL NUNES COORDENADORA EXECUTIVA
	CONTRATADA: [REPRESENTANTE DA EMPRESA] [Cargo do representante]
'estemunhas:	

#### ANEXO V – CRONOGRAMA

### COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 114/2020

CRONOGRAMA COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 114/2020	
DATA	EVENTO
25/08/2020	Publicação: Cotação de Preços nº 114/2020 <a href="http://cefuria.org.br">http://cefuria.org.br</a>
27/08/2020	Prazo Máximo para interposição de Recurso Contrário ao Edital cefuria.cotacao@gmail.com
28/08/2020	Julgamento e Publicação do Recurso <a href="http://cefuria.org.br">http://cefuria.org.br</a>
31/08/2020	Prazo máximo para Envio de Propostas cefuria.cotacao@gmail.com
01/09/2020	Resultado provisório, com Convocação da vencedora <a href="http://cefuria.org.br">http://cefuria.org.br</a>
02/09/2020	Prazo Máximo para interposição de Recurso Contrário ao Resultado cefuria.cotacao@gmail.com
03/09/2020	Julgamento do Recurso e Publicação Definitiva do Resultado <a href="http://cefuria.org.br">http://cefuria.org.br</a>
	Prazo Máximo de Apresentação da Documentação para Contratação cefuria.cotacao@gmail.com
04/09/2020	Prazo Máximo para Celebração do Contrato cefuria.cotacao@gmail.com
30/09/2020	Prazo Máximo para Entrega do Bem
07/10/2020	Prazo Máximo para Pagamento

Curitiba, 24 de agosto de 2020.

Luzia Alves da Cruz Cabral Nunes Coordenação Executiva do CEFURIA